

## DELIBERAÇÃO № 01/CD-INCI/2014

Assunto: Quadro técnico das empresas de construção: enquadramento dos Técnicos de Manuseamento de gases fluorados com efeito de estufa face à Portaria nº 16/2004, de 10 de janeiro

Nos termos da Portaria nº 16/2004, de 10 de janeiro, e em conjugação com o disposto no Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2010/31/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio, relativa ao desempenho energético dos edifícios, bem como, ainda, em conformidade com a Lei nº 58/2013, de 20 de agosto, que aprova os requisitos de acesso e exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética (PQ), e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas (TIM), de nível 2 de qualificação do QNQ (TIM II) e de nível 4 de qualificação do QNQ (TIM III), os TIM são os técnicos que, em alternativa aos engenheiros técnicos, podem conferir capacidade técnica às empresas de construção, na 10º subcategoria da 4º categoria - Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração, para as classes 1 e 2 do alvará, respetivamente.

Dado que os equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, utilizam, geralmente, como fluidos frigorigéneos, os gases fluorados, que embora não estejam incluídos no grupo das ODS (substâncias empobrecedoras da camada de ozono), apresentam um elevado potencial de aquecimento global, e em linha com a política ambiental delineada para todos os países da Europa, visando a prossecução dos objetivos estabelecidos em matéria de alterações climáticas, no âmbito do Protocolo de Quioto, foi acautelada pela Comissão Europeia a redução das emissões derivadas destes gases, estabelecendo para tal medidas de controlo durante o seu ciclo de vida (Utilização, Recuperação, Reciclagem, Valorização, Destruição), e

ao), e



impondo exigências aos agentes que intervêm nas diversas fases de vida dos gases fluorados através de regulamentação própria.

Assim, o Regulamento (CE) nº 303/2008, da Comissão, de 2 de abril, executado e desenvolvido na ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei nº 56/2011, de 21 de abril, veio introduzir novos intervenientes, no que se refere ao pessoal e empresas certificadas para executar atividades de instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, contendo gases fluorados com efeito de estufa, estabelecendo um sistema de certificação específico para a credenciação dos respetivos profissionais e empresas.

No âmbito deste Sistema, em território nacional, as entidades devidamente credenciadas para proceder a esta certificação são o **CENTERM** - Centro Tecnológico para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente, competente para a certificação de Técnicos de Manuseamento de Gases Fluorados com Efeito de Estufa, contidos em equipamentos de refrigeração e ar condicionado e bombas de calor (Técnicos Gases Fluorados), e a **CERTIF** – Associação para a Certificação, competente para a certificação de empresas que executam atividades de instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, contendo gases fluorados com efeito de estufa, nos termos estabelecidos nos Regulamentos (CE) nº 842/2006, de 17 de maio, e nº 303/2008, de 2 de abril, e no Decreto-Lei nº 56/2011, de 21 de abril.

Acontece que não houve qualquer articulação deste Sistema de certificação com o Sistema de Certificação Energética, não tendo sido sequer criado o perfil profissional destes técnicos no Catálogo Nacional de Qualificações, não tendo, pois, sido, providenciado o devido enquadramento legal destes técnicos, até à presente data, no que à parte da construção respeita.



Considerando as certificações disponibilizadas por este Sistema, e tendo o InCI sido confrontado com diversos pedidos de obtenção de alvará na 10ª subcategoria da 4ª categoria de empresas dispondo de técnicos provenientes deste Sistema de certificação (Técnicos de Gases Fluorados), e depois de consultadas, neste âmbito, a APA-Agência Portuguesa para o Ambiente, a APIRAC-Associação Portuguesa da Indústria de Refrigeração e Ar Condicionado e a ADENE-Agência para a Energia, este Instituto entendeu aceitar como técnicos capacitados para conferirem capacidade técnica às empresas de construção, na 10ª subcategoria da 4ª categoria-"Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração", e até à classe 1 de obra, os técnicos devidamente certificados pelo CENTERM na categoria I, designados como "Técnicos de manuseamento de gases fluorados com efeito de estufa da categoria I".

## Neste sentido, o Conselho Diretivo determina que:

- 1. Os Técnicos de manuseamento de gases fluorados com efeito de estufa da categoria I, devidamente certificados pelo CENTERM, sejam aceites para os efeitos previstos na Portaria nº 16/2004, de 10 de janeiro, em simultâneo com os TIM II e em igualdade de circunstâncias, no que se refere à 10º subcategoria da 4º categoria, até à classe 1, pelas razões supra explanadas;
- 2. O exercício de funções de direção de obra e de direção de fiscalização até à classe 2, continue a ser da competência dos TIM III, e até à classe 1 dos TIM II, além, naturalmente, dos adequados técnicos de nível superior, não sendo reconhecidas aos técnicos de gases fluorados, outras competências no domínio da construção, que não sejam integrar o quadro técnico mínimo das empresas, nos termos do disposto na Portaria nº 16/2004;



3. As outras ofertas de certificação disponibilizadas pelo CENTERM para os Técnicos de manuseamento de gases fluorados com efeito de estufa (Categorias II, III e IV) não tenham qualquer enquadramento nos termos do disposto no nº 1, por falta das necessárias competências para a atividade de instalação/construção.

Considerando que este Instituto, foi igualmente questionado sobre a necessidade das empresas que se dedicam às atividades de "manutenção e assistência técnica" e "deteção de fugas" em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor contendo gases fluorados com efeito de estufa, serem obrigatoriamente detentoras de título habilitante emitido pelo InCI, I.P., o Conselho Diretivo do InCI esclarece que, das atividades reguladas pelo Regulamento (CE) nº 303/2008, da Comissão, de 2 de abril, e pelo Decreto-Lei nº 56/2011, de 21 de abril, apenas a atividade de "instalação", carece do necessário Título habilitante do InCI-alvará, contendo a 10º subcategoria da 4º categoria- "Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração", em classe adequada ao valor dos trabalhos a realizar-por ser a única atividade passível de ser enquadrada no conceito de obra constante do regime jurídico de acesso e permanência aplicável à atividade da construção, designadamente, na alínea a) do artigo 3º do Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 69/2011, de 15 de junho.

Assim sendo, às empresas que pretendam desenvolver atividades de "manutenção e assistência técnica", deteção de fugas", bem como outras atividades reguladas pelo referido Regulamento da Comissão Europeia, em que a atividade de instalação não esteja incluída, é bastante a certificação da CERTIF, não dependendo as empresas da posse de qualquer título habilitante emitido por este Instituto.



Não obstante, e como situação de exceção, no âmbito da atividade de manutenção, regra geral de carácter preventivo, poderão existir situações de manutenção corretiva, que, mediante a natureza e complexidade dos trabalhos aí compreendidos e a realizar, já passíveis de ser enquadrados no conceito de obra constante do Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de janeiro, implicam a detenção do respetivo título habilitante emitido pelo InCI.

Estas situações particulares serão sempre objeto de avaliação, caso a caso, pelo dono da obra, nos termos do Código dos Contratos Públicos, ou da respetiva entidade licenciadora, devendo os trabalhos de que se trate serem executados por empresas de construção/instalação devidamente habilitadas pelo InCI, I.P., para os trabalhos da 10ª subcategoria da 4ª categoria.

Lisboa, em 12 de setembro de 2014

O Conselho Diretivo

Fernando Oliveira Silva

(Presidente)

João Santiago Dentinho

(Vogal)

António Pires de Andrade

Awards Allere Py de Andry

(Vogal)